

Resultados 2019 a 2021

Mapa estratégico do Ministério da Economia 2019 a 2022

Missão:

Promover o crescimento econômico sustentável, apoiado na melhoria do ambiente de negócios, aumento da competitividade e na eficiência do setor público, para a geração de empregos

Visão:

Estimular uma economia forte, orientada pela liberdade econômica, com a promoção de melhores oportunidades para os brasileiros e oferta de serviços públicos de qualidade para a sociedade

2019

2022

Sociedade (cidadãos e empresas)

Promover o Crescimento e o Emprego no Brasil

Economia brasileira

Equilíbrio Fiscal

Recuperar o Equilíbrio Fiscal e Controle de Gastos Públicos

Produtividade e Competitividade

Promover a competição e funcionamento dos mercados

Melhorar o ambiente de negócios e modernizar a Economia Brasileira

Simplificar Tributos

Intensificar a desestatização das empresas estatais federais

Ampliar a inserção internacional da economia brasileira

Elevar a qualificação do capital humano no Brasil

Serviços Públicos

Desburocratizar e digitalizar os serviços para a sociedade

Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente

Contribuição direta da Seges

Gestão do Ministério da Economia

Aprimorar a Governança e Gestão* do Ministério da Economia com fundamento no princípio da integridade

Fortalecer a identidade institucional do Ministério da Economia

* Inclui Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão Administrativa, Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, Comunicação Institucional e Comunicação Interna, Gestão de Riscos, Integridade e Transparência



Mapa Estratégico 2019-2022 - Secretaria de Gestão

Missão Promover a transformação institucional de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, tornando-a mais eficiente

Visão Ser o órgão de referência técnica em governança e gestão na Administração Pública Federal

Objetivos Estratégicos

1 Aperfeiçoar a Governança e Gestão Estratégica na Administração Pública Federal

2 Simplificar, digitalizar e integrar processos dos sistemas estruturadores

3 Aperfeiçoar os arranjos institucionais e estruturas organizacionais

4 Elevar a eficiência e a transparência na gestão das transferências da União

5 Prover soluções otimizadas em logística pública

6 Desenvolver estratégias e aprimorar processos para contratações mais eficientes e sustentáveis

7 Prover informações gerenciais para qualificação da decisão

8 Implementar a gestão estratégica das carreiras sob supervisão da SEGES e aprimorar o desempenho dos servidores

9 Promover ações de fomento econômico mediante contratações públicas

Gestão Estratégica



Fortalecimento da governança e gestão estratégica

1

Aperfeiçoar a Governança e Gestão Estratégica na Administração Pública Federal

2

Simplificar, digitalizar e integrar processos dos sistemas estruturadores

3

Aperfeiçoar os arranjos institucionais e estruturas organizacionais

7

Prover informações gerenciais para qualificação da decisão


8


Implementar a gestão estratégica das carreiras sob supervisão da SEGES e aprimorar o desempenho dos servidores

OBJETIVO ESTRAT.


1 - Aperfeiçoar a governança e gestão estratégica na APF

INDICADORES

 % execução dos Planos de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - PGTs

 Aderência às redes nos Estados

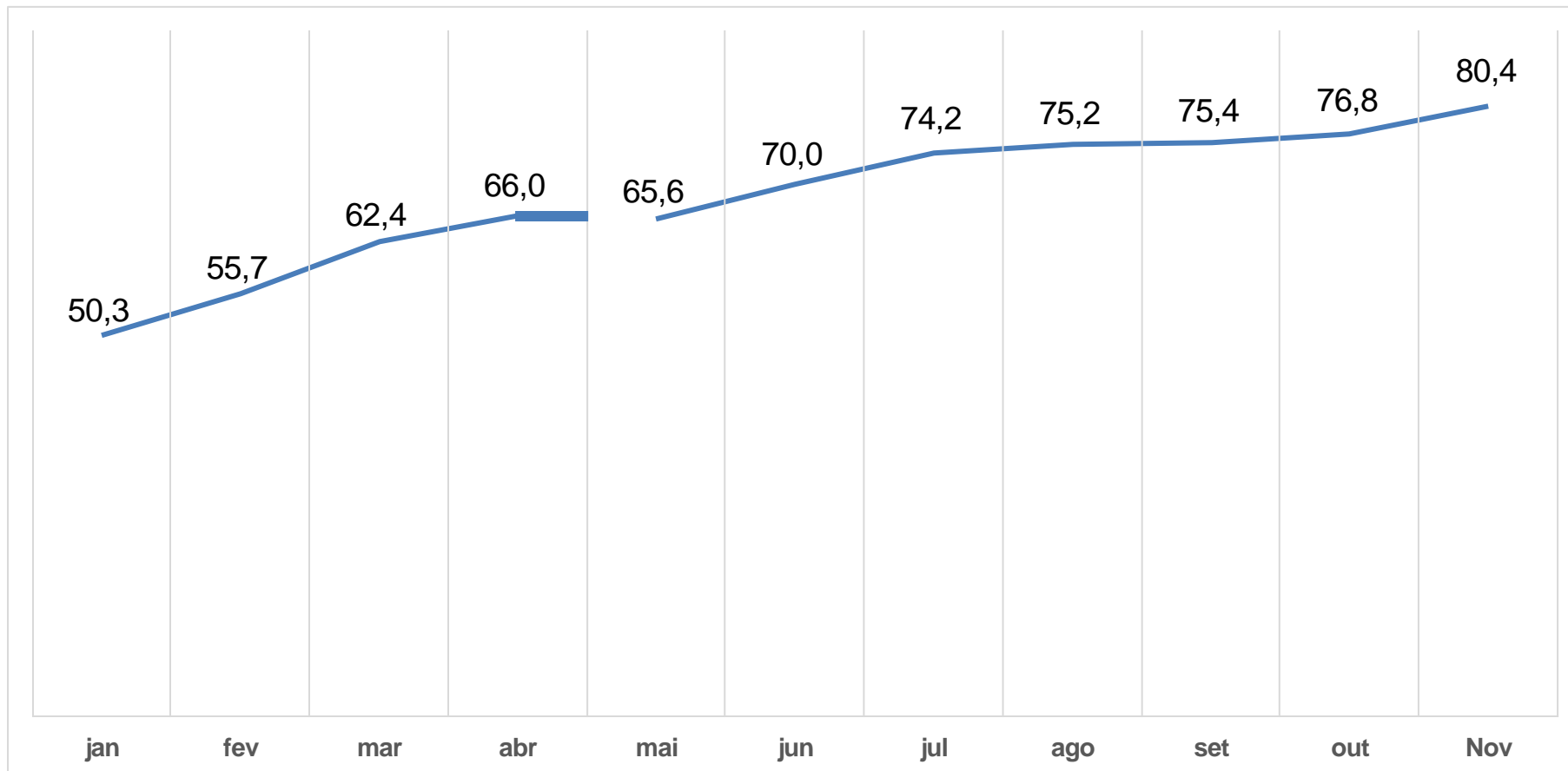
 # adesões dos Órgãos e Entidades ao Programa TransformaGov

 Economia gerada em R\$ com Transformagov e Racionaliza

ÁREAS

CGSIM

Índice de Aderência à Gestão Estratégica - Evolução de 85 órgãos da APF em 2021*



* Não inclui as universidades e institutos federais

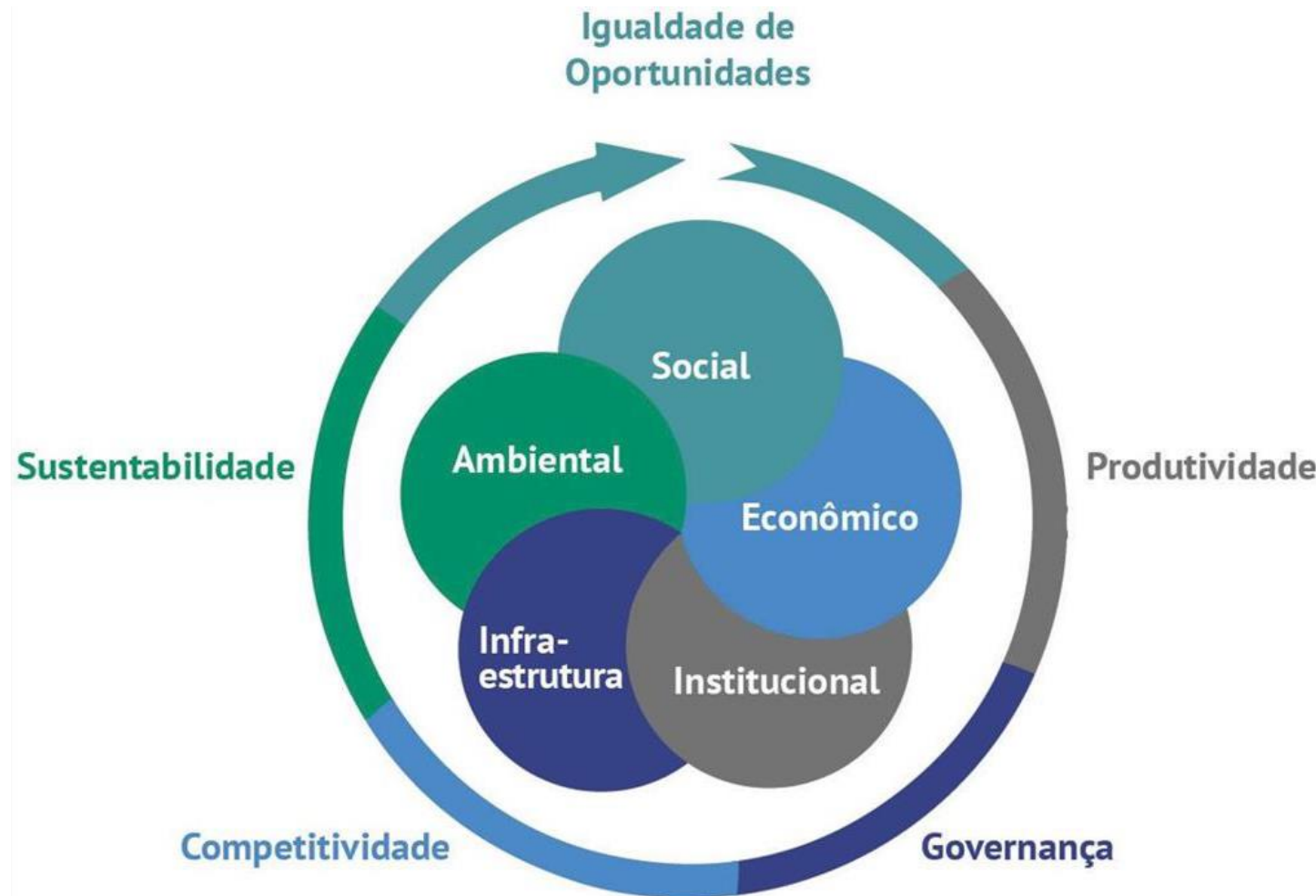


Estratégia Federal de Desenvolvimento

A Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD) relativa ao período de 2020 a 2031 foi lançada em outubro de 2020.

A iniciativa, estabelecida por meio do Decreto nº 10.531/2020, define uma visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal

Orienta o Plano Plurianual (PPA), os planos nacionais, setoriais, regionais e os planos estratégicos das instituições da Administração Pública Federal



COORDENAÇÃO-GERAL DE SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA (CGSIM)

Uma breve história...



Fortalecimento da governança e gestão estratégica

Resgate da temática da gestão estratégica, promovendo alinhamento entre os instrumentos e elevando os órgãos a um novo patamar



Promover o alinhamento do planejamento estratégico institucional aos planos, estratégias e prioridades de governo



TransformaGov

Programa que apoia os órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional na implantação de um conjunto de soluções de simplificação e modernização administrativas para tornar a gestão dos órgãos federais mais rápida, moderna e eficiente

(Decreto nº 10.382, de 28/05/2020)

Impacto:

Até o momento, o programa já está em 116 órgãos e 19 estados.

Das 1.784 ações pactuadas com 77 órgãos da 1ª onda, 1.012 foram concluídas (56,7%).

Modernização da gestão pública

Compartilhamento de soluções

Racionalização do uso dos recursos públicos

85 órgãos 1ª onda

Ministérios, agências reguladoras, autarquias e fundações

77
PGT pactuados

8
restantes

AÇÕES
Pactuadas: 1784
Concluídas: 1012

% Execução: 56,7%

110 IFES 2ª onda

Universidades e institutos federais

22
PGT pactuados

89
restantes

AÇÕES
Pactuadas: 464
Concluídas: 39

%Execução: 8,4%

19 Unidades Pesquisa 2ª onda

Vinculadas aos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

15
PGT pactuados

5
restantes

AÇÕES
Pactuadas: 121
Concluídas: 4

%Execução: 3,3%

1ª onda: iniciada em dez/19

2ª onda: iniciada em out/21

Redes nos Estados

19 redes de gestão estratégica implantadas com órgãos e entidades federais localizados nos estados até 2021



Programa de Gestão e Desempenho-PGD é o nome dado ao modelo de trabalho instituído pela Administração Pública Federal, por meio da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020 (IN 65/2020).

Bases do Programa de Gestão e Desempenho

1. substituição do controle de frequência dos agentes públicos (o famoso “bater ponto”) por uma gestão de pessoas baseada em resultados; e
2. inovação nos arranjos de trabalho, tanto em relação aos locais (presencial, teletrabalho e híbrido), quanto aos horários de execução (síncrono e assíncrono).

Principais benefícios do Programa de Gestão e Desempenho

1. redução de gastos públicos, especialmente com viagens a serviço e manutenção das instalações físicas de trabalho (um estudo realizado pelo Ministério da Economia, em 3 de agosto de 2020, mostrou que o Governo Federal reduziu em R\$ 466,4 milhões as despesas administrativas, no período entre abril e junho do mesmo ano, com o teletrabalho dos servidores públicos);
2. atração e manutenção dos talentos (redução de turnover);
3. desenvolvimento do trabalho criativo (inovação nas entregas);
4. redução de afastamentos por saúde; e
5. melhoria da qualidade de vida dos participantes.

120
órgãos em portfólio

20
Implantados

95
Em Implantação



Economia com trabalho remoto

O governo federal economizou R\$ 1,419 bilhão com o trabalho remoto de servidores públicos durante a pandemia da Covid-19, no período entre os meses de março de 2020 e junho de 2021. A redução dos gastos em cinco itens de custeio: diárias; passagens e despesas com locomoção; serviços de energia elétrica; serviços de água e esgoto; e cópias e reprodução de documentos.

Economia por tipo de despesa:

Passagens e despesas com locomoção: **R\$ 512 milhões**

Diárias: **R\$ 450 milhões**

Energia elétrica: **R\$ 392 milhões**

Cópias e reproduções de documentos: **R\$ 57 milhões**

Água e esgoto: **R\$ 5 milhões**


The screenshot shows the top navigation bar of the CNN Brasil website with categories like 'Ao Vivo', 'Política', 'Nacional', 'Business', 'Internacional', 'Saúde', 'Tecnologia', 'Esporte', and 'Entretenimento'. Below the navigation is the 'BUSINESS' section header. The main headline reads 'Governo federal economiza R\$ 1 bilhão com trabalho remoto durante a pandemia'. A sub-headline mentions 'CONSULTA PÚBLICA' and 'ETANOL'. The article text states that the government saved R\$ 859 million on operating costs and R\$ 161 million on allowances for public servants. The author is identified as Basília Rodrigues from CNN. The article is dated 25/09/2020 at 08:32. Social media sharing icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, and YouTube are visible at the bottom of the article preview.


OBJETIVO ESTRAT.


2 - Simplificar, digitalizar e integrar processos dos sistemas estruturadores

INDICADORES

 % de atendimentos por novos canais

 % de mudança de nível dos chamados (do N1 para outros níveis)

 Valor pago com contratos da Central de Atendimento

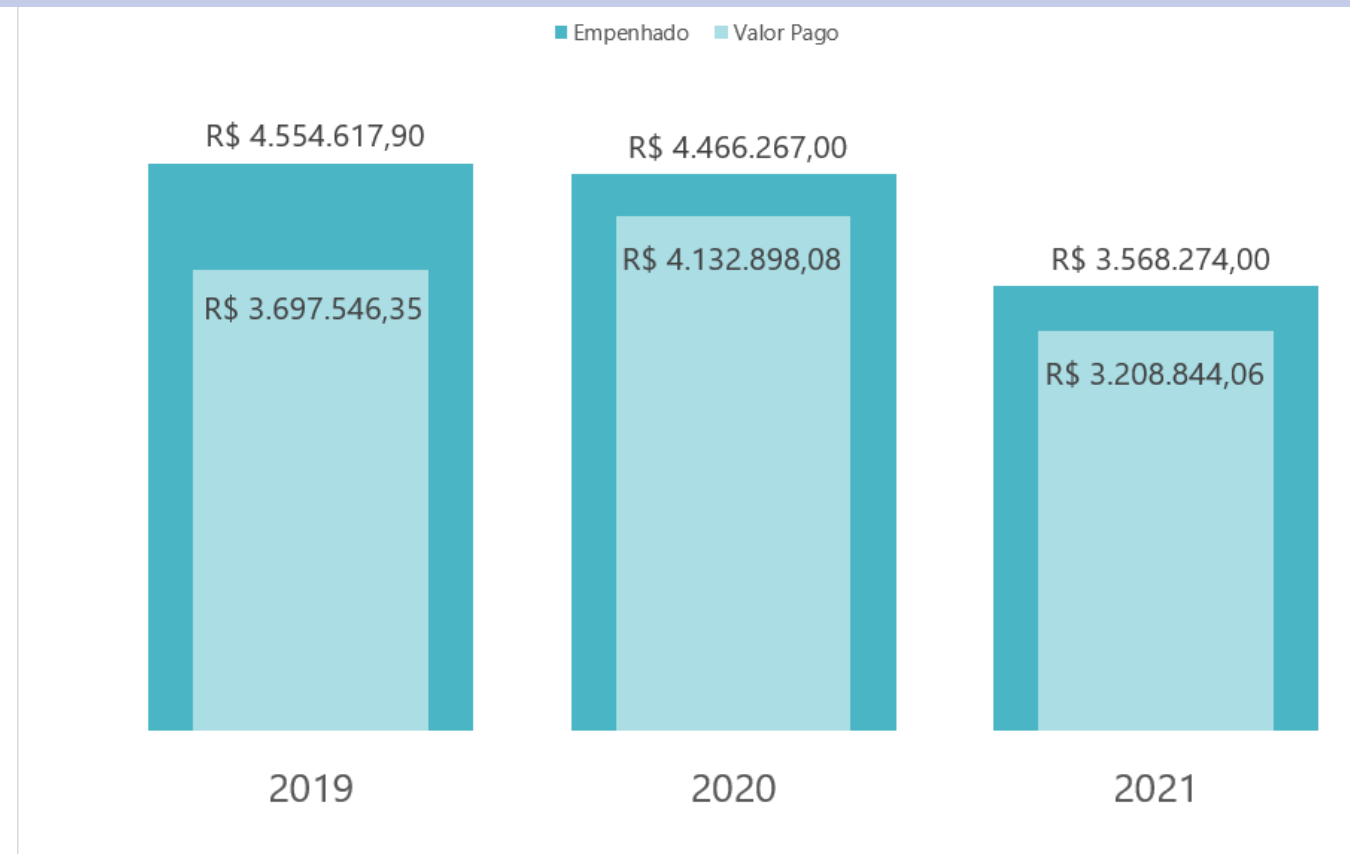
 Volume de chamados registrados

ÁREAS

CGSES

Valor pago com contratos da Central de Atendimento aos sistemas estruturantes

Economia alcançada de 2019 a 2021: R\$ 1,5 milhão

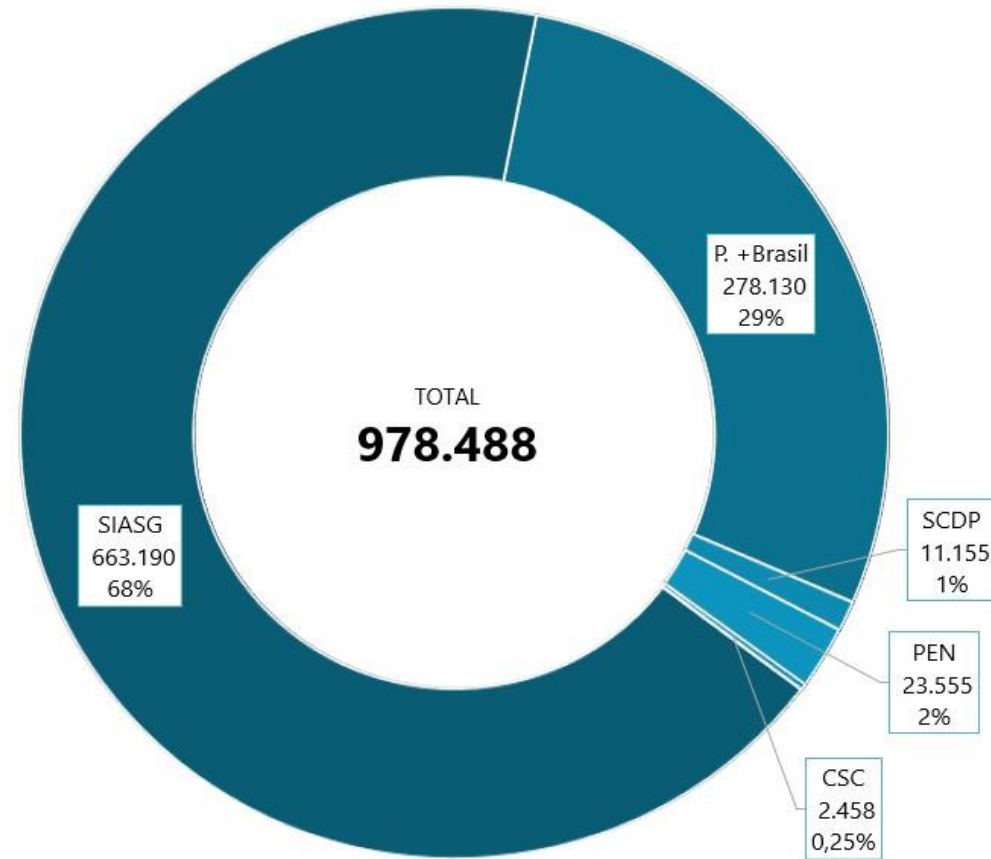


* Julho de 2019 foi criada a Coordenação Geral de Serviços aos Sistemas Estruturantes para centralizar a gestão dos atendimentos aos clientes dos sistemas sob responsabilidade da SEGES.

Quase 1 milhão de chamados atendidos

Chamados registrados de 2019 a 2021 por Sistema Estruturante

27% dos chamados registrados foram atendidos via *chatbot*





OBJETIVO ESTRAT.


2 - Simplificar, digitalizar e integrar processos dos sistemas estruturadores

INDICADORES

 % de atendimentos por novos canais

 % de mudança de nível dos chamados (do N1 para outros níveis)

 Valor pago com contratos da Central de Atendimento

 Volume de chamados registrados

ÁREAS

CGSES, CGSIM





Programa Racionaliza - Compartilhamento de Imóveis

Instituído a partir da Portaria Conjunta nº 38/2020, de 31 de julho de 2020, define o padrão de ocupação e parâmetros para o dimensionamento de imóveis utilizados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A análise da ocupação desses imóveis, que são de uso administrativo, permite o desenvolvimento de projetos de construção, reformas, avaliação da adequação de locações, permutas e compartilhamento de imóveis





R\$ 83,4 milhões economizados com ocupação de imóveis

OBJETIVO ESTRAT.

3 - Aperfeiçoar os arranjos institucionais e estruturas organizacionais

INDICADORES

 % de Cargos e Funções de Comando em relação à Folha de Pagamento de Ativos Cíveis

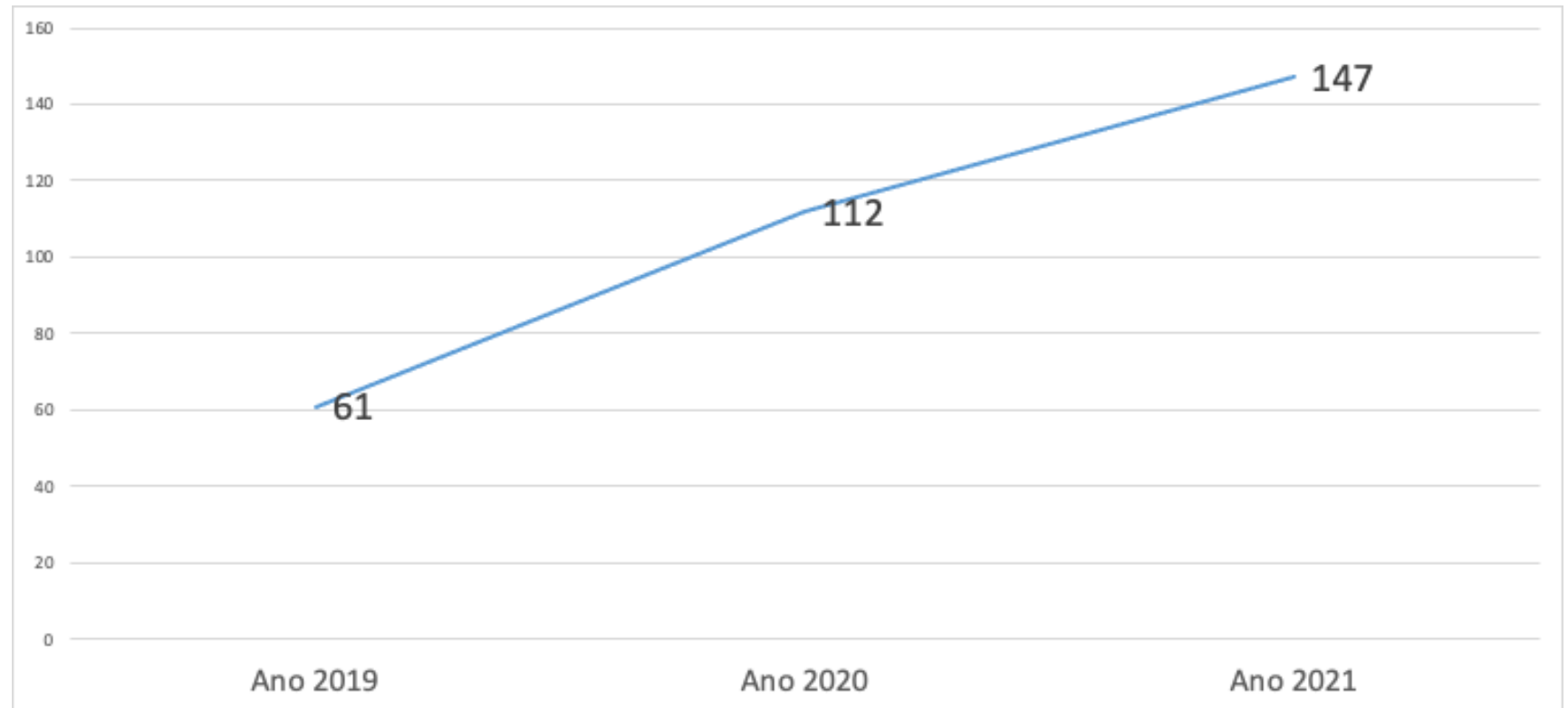
 % de Cargos e Funções de Comando em relação à Força de Trabalho (RJU)

ÁREAS

DEMOR

Quantidade acumulada de decretos de estrutura publicados - 2019 a 2021

Ao todo foram publicados 147 decretos que alteram estruturas organizacionais





Menor custo da máquina pública - Extinção de 21 mil cargos, funções e gratificações em março de 2019

Enxugamento e modernização das estruturas organizacionais da APF. Mesmo com a recriação posterior de alguns ministérios, nenhum daqueles 21 mil cargos, funções e gratificações foi recriado. Os novos ministérios foram criados a partir da repartição dos cargos que restaram após aquele corte. Decreto nº 9.725, de 12/03/2019.

Economia de R\$ 195 milhões/ano



Critérios de ocupação de cargos e funções

Decreto nº 9.727/19: Promoção da meritocracia e a profissionalização da gestão com a definição de critérios gerais e específicos para a ocupação de cargos e de funções.

PORTARIA SEGES/ME nº 14.399/21: Define o modelo para descrição e divulgação do perfil profissional desejável para cada Cargo Comissionado Executivo - CCE ou Função Comissionada Executiva – FCE.

Profissionalização da ocupação de cargos e funções comissionadas

Valor | Brasil

Mais de 90% dos cargos comissionados no governo federal são ocupados por concursados

Segundo informações do Ministério da Economia, do total de cargos e funções comissionadas do Executivo federal, 93% são ocupados por servidores concursados

Por Mariana Ribeiro, Valor — Brasília
06/08/2020 21h09 - Atualizado há um ano



Simplificação e modernização da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança **Lei nº 14.204/2021**

Melhoria da qualidade do serviço público a partir de um aproveitamento melhor e mais flexível dos recursos disponíveis alocados nas estruturas organizacionais de órgãos e de entidades. Promove a meritocracia e a profissionalização da gestão, ao reforçar os critérios gerais e específicos para a ocupação de cargos e de funções, sem aumentar os custos do governo.

Estão previstos 88

Decretos-alvo para a conversão de cargos

12 propostas

de Decreto em tramitação

8 Decretos

já publicados



Qualificação de organização social para gestão da Cinemateca

Maior eficiência e flexibilidade da gestão da Cinemateca por meio de organização social e arrecadação de recursos extra orçamentários para fortalecer a preservação e incentivo do patrimônio audiovisual brasileiro.


Apoio na criação a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN)


Criação de novo órgão normatizador e fiscalizador da área nuclear, por meio da cisão da CNEN e novo marco legal nuclear em matéria de normatização, licenciamento, controle e fiscalização de instalações e atividades que envolvam materiais nucleares, elementos estratégicos de interesse para a energia nuclear e fontes de radiação ionizante em território nacional.


OBJETIVO ESTRAT.

7 - Prover informações gerenciais para qualificação da decisão

INDICADORES

 % adesão órgãos entidades ao Painel de Raio-X

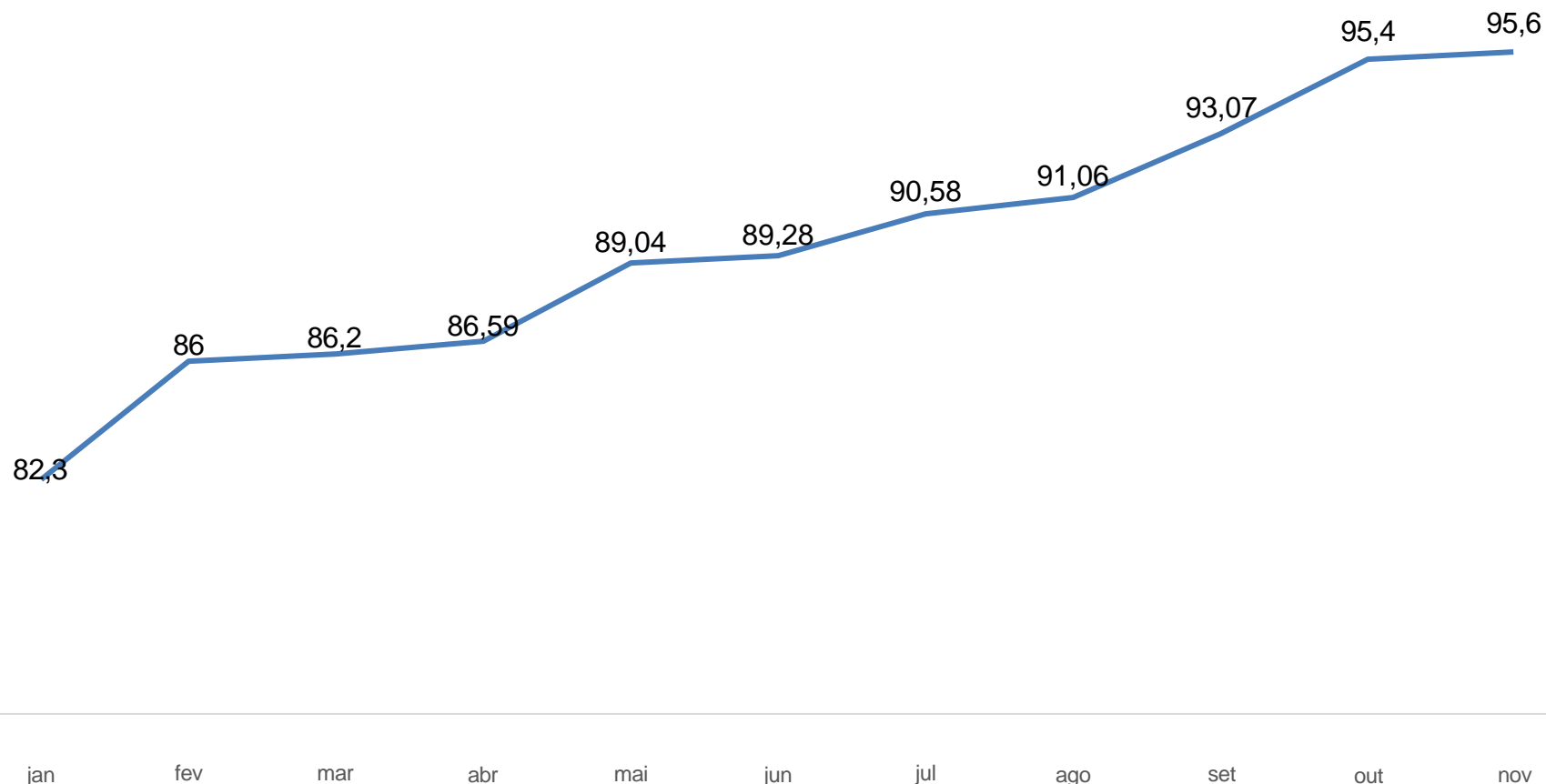
 R\$ despesas com custeio administrativo

 Relação de área meio por ativos na organização

ÁREAS

CGINF

% de preenchimento dos campos de detalhamento do SIORG





Raio-X da APF

Painel com dados detalhados por órgão da APF sobre orçamento, custeio, pessoal, cargos e funções, transformação digital, soluções de modernização e imóveis

Lançamento: fevereiro/2020

Média de 3,5 mil acessos/mês



Dados consolidados de 183 órgãos e entidades a partir do Raio-X da Administração Pública Federal
Permite a qualquer cidadão acompanhar as políticas públicas e auxilia o gestor na tomada de decisões

Ampliação da transparência ativa e do controle social

Evoluções no Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal - SIORG

O controle da reserva técnica de cargos e funções agora é realizado de forma automática e integrada no sistema SIORG. Além disso, usuários podem trabalhar concomitantemente na mesma proposta de estrutura, com confiança de não perder o trabalho já feito, trazendo segurança e eficiência para o trabalho das unidades setoriais e seccionais.

Acumulado de todos os planos de trabalho a partir de 01/12/2020



Qtd Planos de Trabalho	Qtd Atividades	Carga horária total das atividades	Carga horária homologada	Média da no
7.828	60.706	852.375	207.827	
1.957	10.807	238.475	207.827	
5.871	49.899	613.900	0	

Painel do Programa de Gestão e API para recepção de dados do órgão central disponibilizados

O Painel do Programa de Gestão é a mais nova ferramenta de transparência do Governo Federal. Em meio à pandemia, o cenário de trabalho mudou e com ele a forma de gerir os resultados das organizações também mudou.



Disponibilização dos dados abertos do TáxiGov

Fortalecendo a transparência e o controle social, agora os dados do serviço TáxiGov estão disponíveis no Portal de Dados Abertos do Governo Federal.

Public Bodies A URL for every part of government

Jurisdictions

Brazil

BR

246
bodies



Automatização de publicação dos dados de estrutura organizacional

Mais uma entrega que converge para o conceito de "Open Government". O Governo Federal automatizou a publicação dos seus dados de estrutura organizacional, advindos do SIORG, diretamente na plataforma publicbodies.org, aderindo a mais uma das boas práticas de governo aberto.





Raio-X do Fornecedor do Governo Federal

Instrumento reúne as principais informações sobre os fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e realiza cruzamento utilizando informações do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) que possibilita verificar a relações indiretas de um fornecedor com outros CNPJs e CPFs.



Inteligência Artificial para identificação de desvios de uso do serviço TáxiGov

A partir do uso de tecnologia de ponta, algoritmos de inteligência artificial estão sendo utilizados para traçar bases de comparação e identificar como se dado a utilização do serviço do TáxiGov por parte dos órgãos públicos.



Integração da gestão de cargos e funções no SIORG e SIAPE - EORG

Simplificação do processo de gestão de estruturas organizacionais e cargos e funções que era realizada em ambos os sistemas, causando conflito entre as informações. Agora os dados são alimentados diretamente no SIORG e consumidos pelo SIAPE, reduzindo esforço operacional para a área meio e garantindo confiabilidade para a informação gerencial.

Automação do controle da reserva técnica de cargos e funções


A gestão do estoque de cargos e funções da Administração Pública é uma tarefa árdua, tendo em vista que rotineiramente são realizadas alterações nas estruturas organizacionais das 196 órgãos e entidades que compõem a APF. Esse processo que era realizado de forma manual foi automatizado e agora faz parte da gestão de estruturas do SIORG.

Gestão eficiente dos mais de 90 mil cargos e funções da APF
Mitigação do risco de erro no controle ao automatizar o processo

OBJETIVO ESTRAT.

8 - Implementar a gestão estratégica das carreiras sob supervisão da Seges e aprimorar o desempenho dos servidores

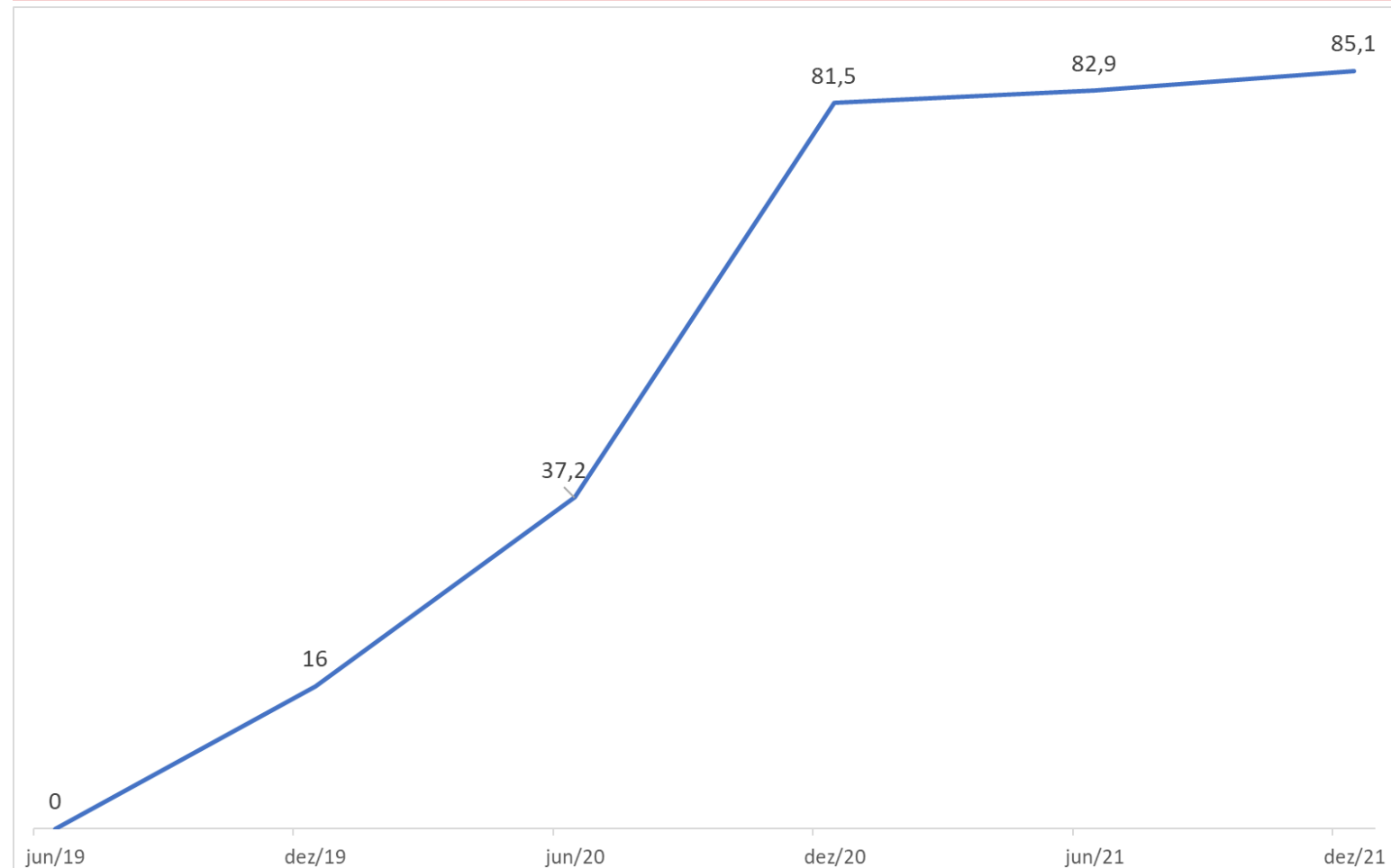
INDICADORES

 Percentual de servidores com pactuação de resultados institucionais

ÁREAS

CGCAT

Pactuação de resultados com as Carreiras Transversais % de servidores com metas pactuadas



Plano de Comunicação com as carreiras elaborado

Comunicação mais célere com mais informações estratégicas e relevantes para as carreiras transversais.

Pesquisa de Satisfação dos Usuários implementada

Pesquisa para identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados às carreiras transversais.

Indicadores de Produtividade Definidos

Nos últimos anos, o tempo médio de tramitação de processos relativos às carreiras transversais foi reduzido em 60%: média atual é de 16 dias em todo o Ministério da Economia, sendo 7 dias na CGCAT

85,1% dos servidores com resultados pactuados até 2021

66% dos servidores com competências mapeadas

Qualidade do atendimento na CGCAT



Classificação Média 4.41

Transferências da União



Avanços na gestão de transferências de recursos

4

Elevar a eficiência e a transparência na gestão das transferências da União

Avanços na gestão de transferências de recursos

OBJETIVO ESTRAT.

4 - Elevar a eficiência e transparência na gestão das transferências da União

INDICADORES

- # de acessos ao painel transferências abertas
- # novos parceiros entrantes à rede da Plataforma +Brasil
- Volume total economizado em reais com as transferências da União
- # de entregas dos MVPs da esteira padrão.
- Tempo médio (dias) do ciclo de vida das transferências

ÁREAS

DETRU

Aumento do percentual decorrente das 15 modalidades internalizadas até jan de 2022



Plataforma + Brasil

Ferramenta integrada e centralizada, lançada em abril de 2019, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, a consórcios públicos e a entidades privadas sem fins lucrativos.

Foram identificadas 31 modalidades de transferência, das quais

15 modalidades implementadas na Plataforma + Brasil até jan/2022

Sistema único de transferências da União

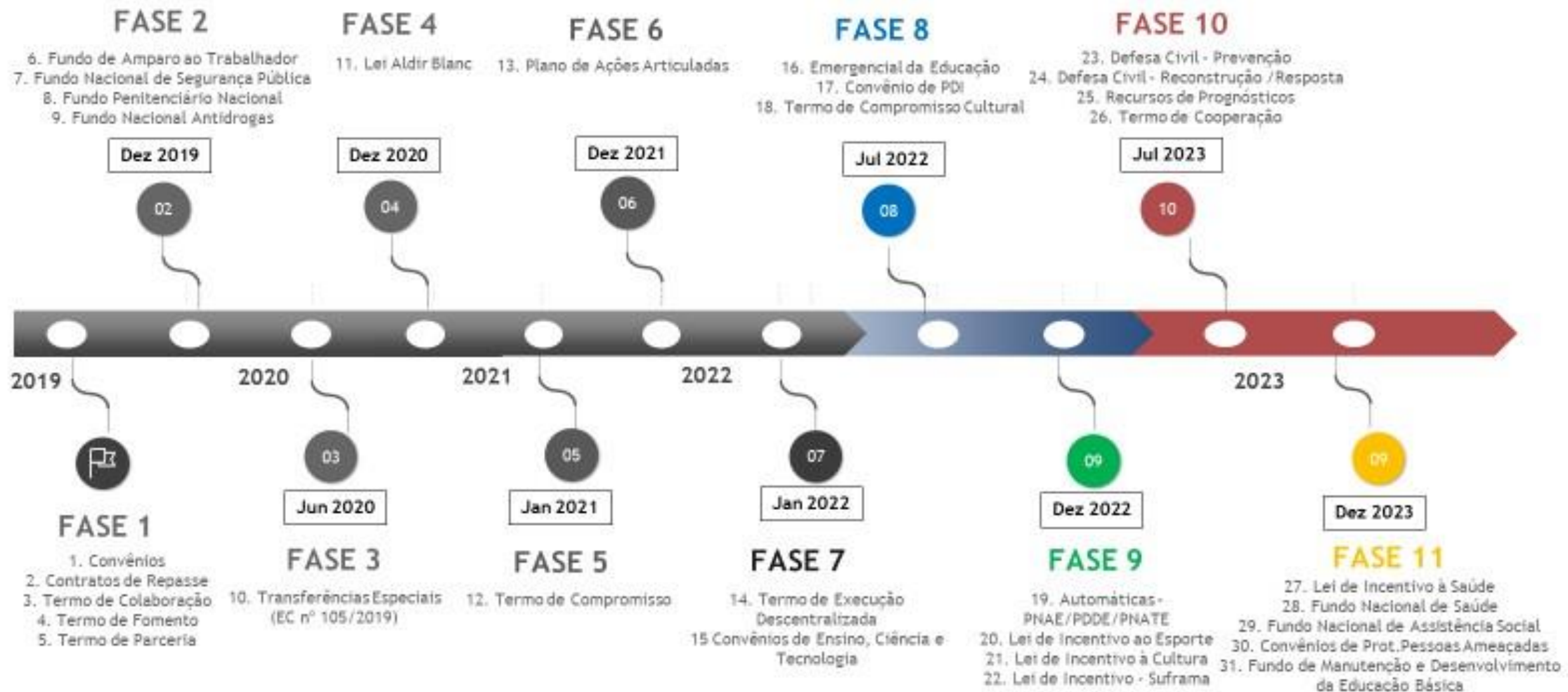
Monitoramento digital da execução das políticas públicas

Facilita controle difuso e concentrado

Gestão de R\$ 105 bilhões anuais em transferências com as 15 modalidades já implementadas
Potencial de operacionalização de cerca de R\$ 267 bilhões anuais (todas as modalidades)
Avaliação digital das prestações de contas, com uso de inteligência artificial e classificação de riscos

CRONOGRAMA DE INTERNALIZAÇÕES

Plataforma + Brasil



Plataforma + Brasil

Decreto 10.535/2020

Padronização de
Liquidação de Despesas
de Convênios

Decreto 10.426/2020

Regulamenta o TED dando
segurança jurídica às
transferências entre órgãos
da União no montante de **R\$
75 bi/ano**

PIM nº 252/2020 e PIM 6.411 e 6.145/2021

Regulamenta a
operacionalização das
Transferências Especiais
na Plataforma +Brasil
Transparência em
repasses diretos que já
ultrapassou a marca
de **R\$ 2 bilhões**

IN nº 206, de 18/10/2019

Obrigatoriedade do uso do
pregão eletrônico em recursos
transferidos pela União a Estados
e Municípios

Mais **transparência** no uso dos
recursos
Ampliação da concorrência nas
licitações com
recursos decorrentes de
transferências voluntárias da
União.
18 sistemas de compras
integrados à Plataforma +Brasil

Plataforma + Brasil

Decreto 10.594/2020

Prorrogação dos instrumentos para auxiliar nova gestão

Decreto 10.315/2020

Prorrogação dos instrumentos devido à pandemia

Decreto 10.464/2020

Regulamenta emergencial da Aldir Blanc com a participação Seges

Portaria nº 134/2020

Alteração de prazos e previsão de ações em caso de pandemia

IN 33/2020

Prorroga os prazos de aplicação do MEG devido ao Covid

Portarias 8.904/2021 e 13.869/2021

Possibilita prorrogação dos prazos de execução e de cláusulas suspensivas dos instrumentos de 2019 e 2020

Ações de combate à pandemia

Impacto das ações:

Continuidade da execução de **27.717** obras, serviços e aquisições de equipamentos nos estados, municípios e no Distrito Federal no valor de **R\$ 27,6 bilhões**



Rede +Brasil

49 Reuniões dos elos

+180 Eventos Realizados

3 Fóruns Nacional de Transferências da União

2 Hackatons

9 Fóruns Regionais RJ/MS/SC/MG/RO/RN /RJ/GO/MT

53 Vídeos 'Minuto'

274 Notícias



Total: 185 instituições parceiras.

MEG-Tr

398 aplicações em 2021
20 entidades certificadas
102 em aplicação
276 em validação

Sistema v.2.0 implantada com + 3.300 usuários ativos

Painéis + Brasil

Melhoria nos
painéis



Levantamento de
Transferências

Plataforma + Brasil

Novo Portal

Rede +Brasil

MEG-Tr
1.823

Plataforma +Brasil
775

Ferramentas
1.297

TOTAL: 3.895 multiplicadores

Páginas de
Conteúdo
560

Roteiros de
Vídeos
73

Vídeos
Gravados
43

Tutoriais
Disponibilizados
21

Turmas de
Multiplicadores
50

Economia Gerada

555

milhões/ano

Manutenção da redução de taxas da Mandatária



Safra de 2019 a 2021

68

milhões

3.140 instrumentos com o uso de inteligência artificial na Prestação de contas



108

milhões

Economia com a internalização e utilização de recursos tecnológicos existentes



Considerando 15 internalizações

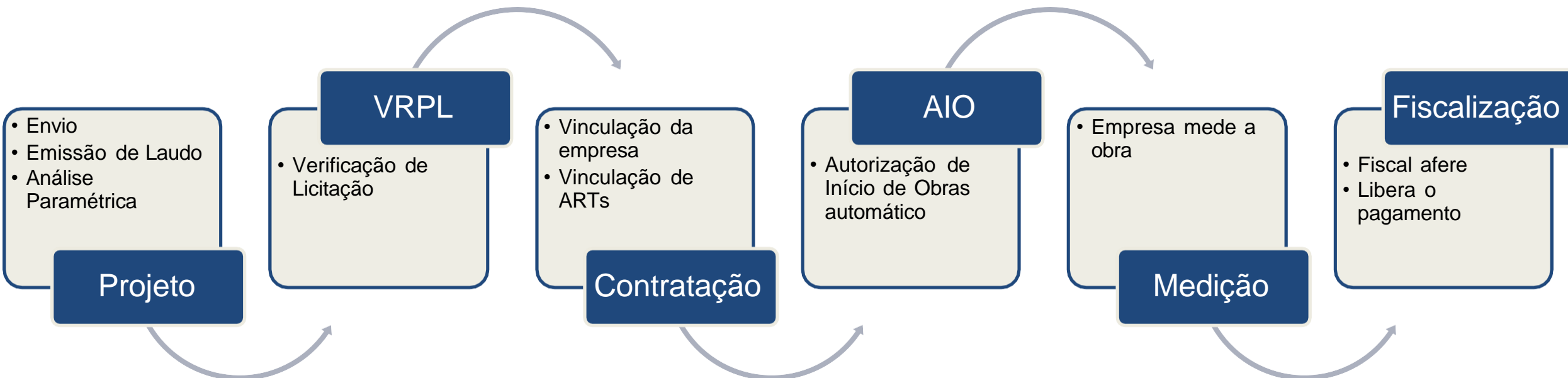
6

milhões

Capacitações gratuitas de forma presencial e telepresencial



Avanços na gestão de transferências de recursos



Módulo com todas as fases e documentos do fluxo de contratações de obras de forma eletrônica

Estima-se a **redução de mais de 20%** do tempo de pagamento e total transparência do processo

Mais de 10 mil obras impactadas



Cadastro Integrado de Projetos de Investimento - CIPI

Cadastro de todas as obras executadas no orçamento fiscal e da seguridade social direta ou indiretamente

Normativos:

- ✓ Decretos nº 10.496/2020 e nº 10.899/2021
- ✓ Portaria Seges nº 25.405/2020

Manual e vídeos publicados

Funcionalidades:

- ✓ Geração de Identificador Único
- ✓ Georeferenciamento
- ✓ Controle de Sobreposições
- ✓ Empenho
- ✓ Integrações
- ✓ Agregadores
- ✓ Relatórios
- ✓ Acesso Livre

Logística



Modernização da logística pública

5 Prover soluções otimizadas em logística pública

6 Desenvolver estratégias e aprimorar processos para contratações mais eficientes e sustentáveis


9 Promover ações de fomento econômico mediante contratações públicas


Modernização da logística pública

OBJETIVO ESTRAT.

5 - Prover soluções otimizadas em logística pública

INDICADORES

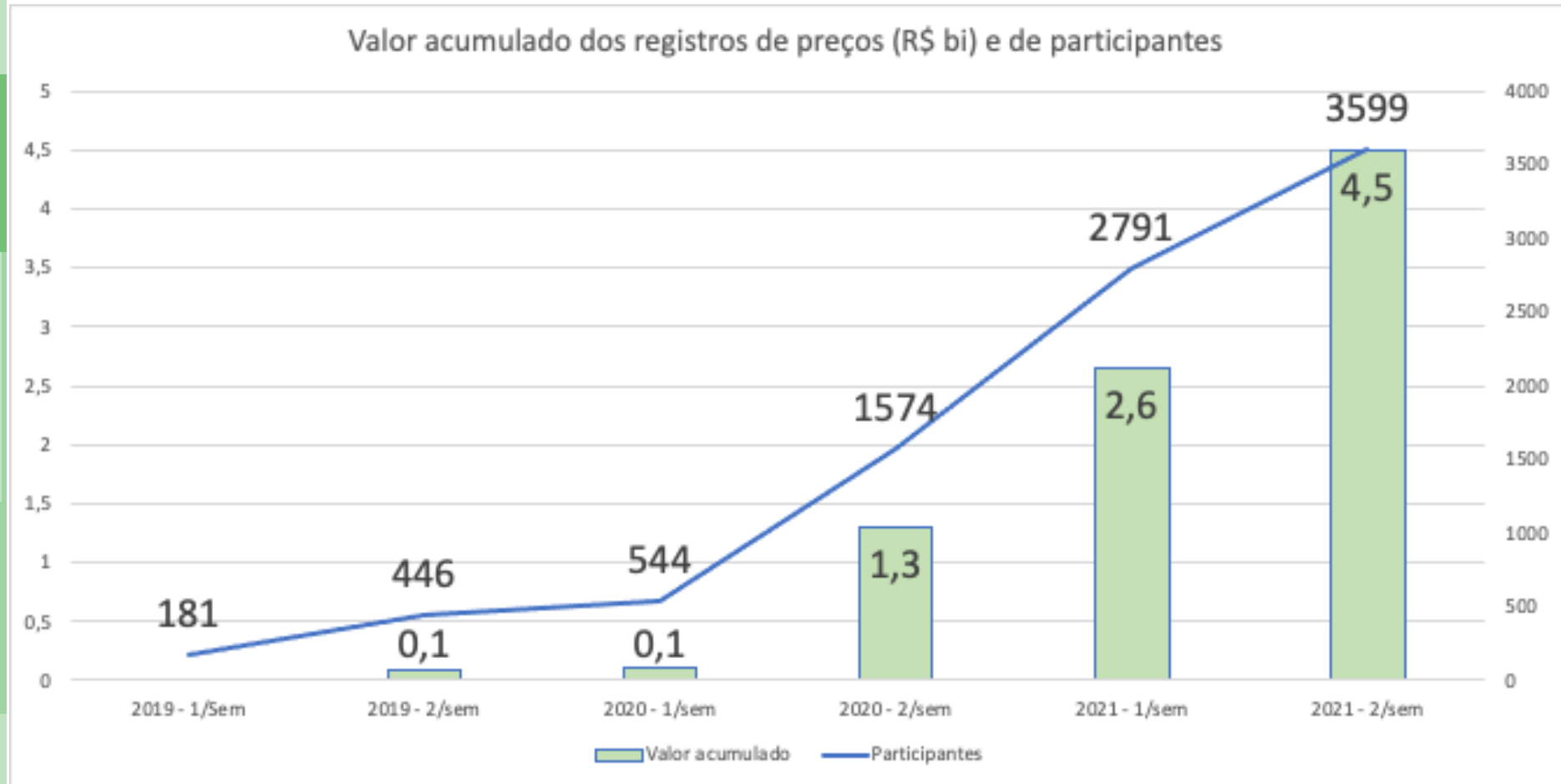
 # de órgãos de estados e municípios que aderiram ao sistema Compras.gov.br

 % abrangência das soluções CSC

ÁREAS

CENTRAL - DELOG

R\$ 4,49 bi com soluções disponibilizadas em registros de preços conduzidos pela Central de Compras com mais de 3.599 órgãos participantes



Contratações Centralizadas

2019 a 2021

67 COMPRAS C/
ARP* VIGENTE

774 ITENS
ARP VIGENTE

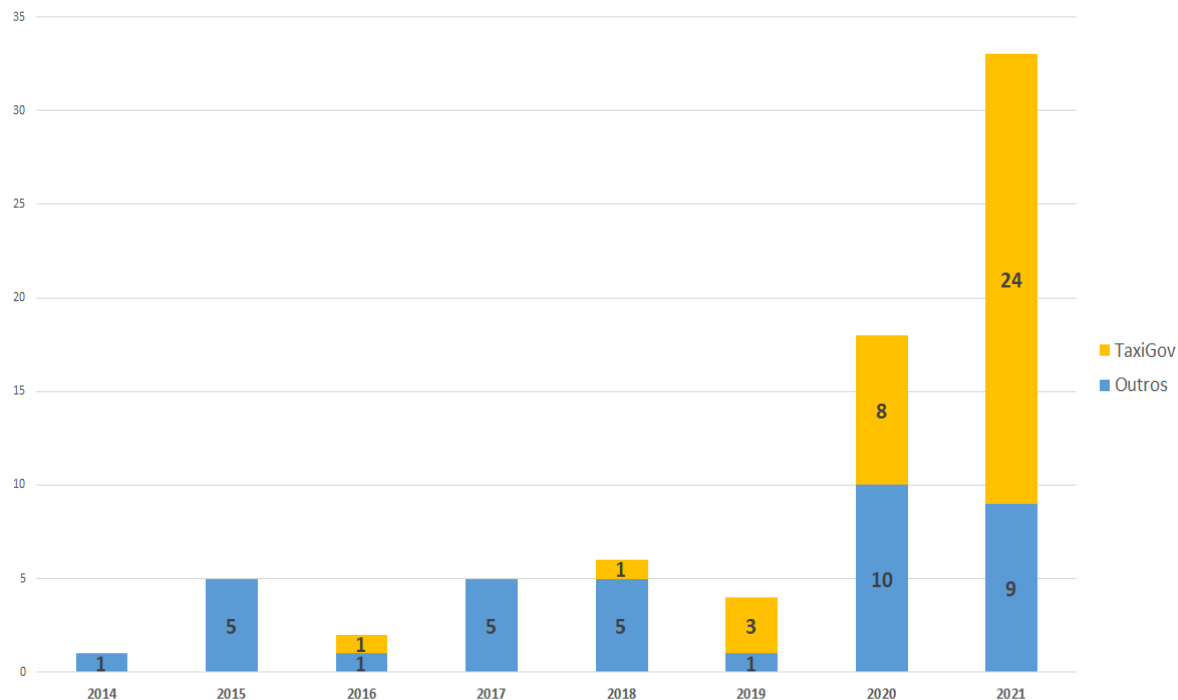
3599 PARTICIPAÇÕES

R\$ 4,49 Bi VALOR
RP**
FIRMADOS

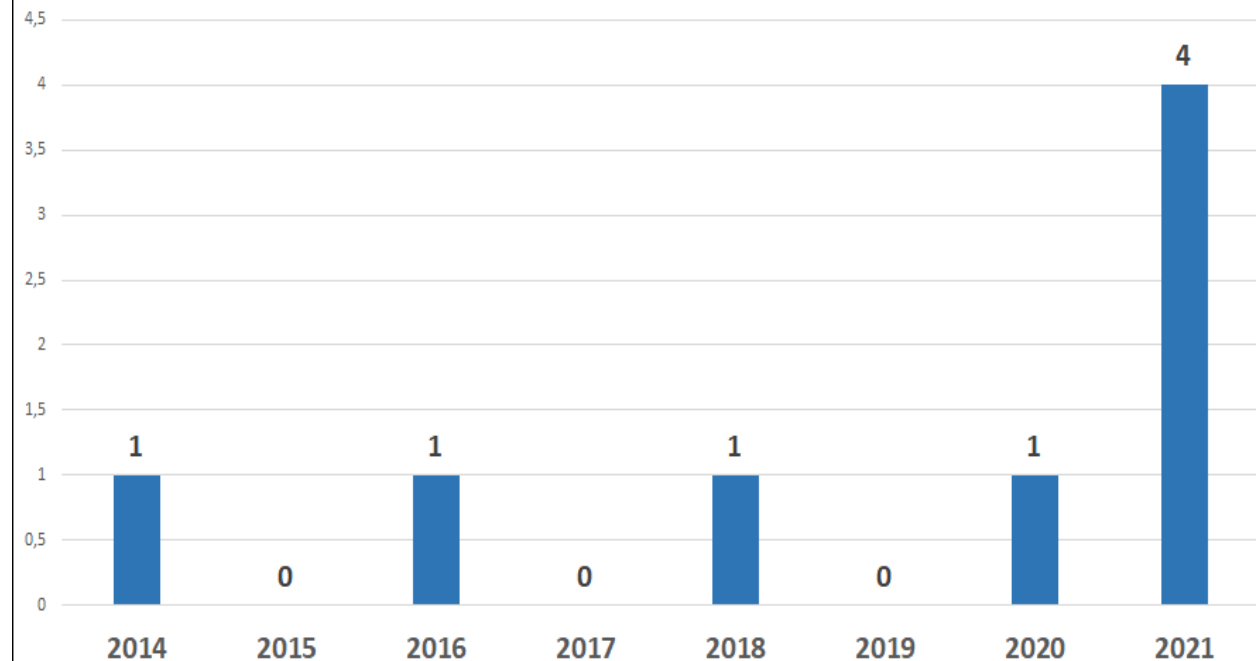
*ARP – Ata de Registro de Preços

**RP – Registro de Preços

Licitações Realizadas



Credenciamentos Realizados

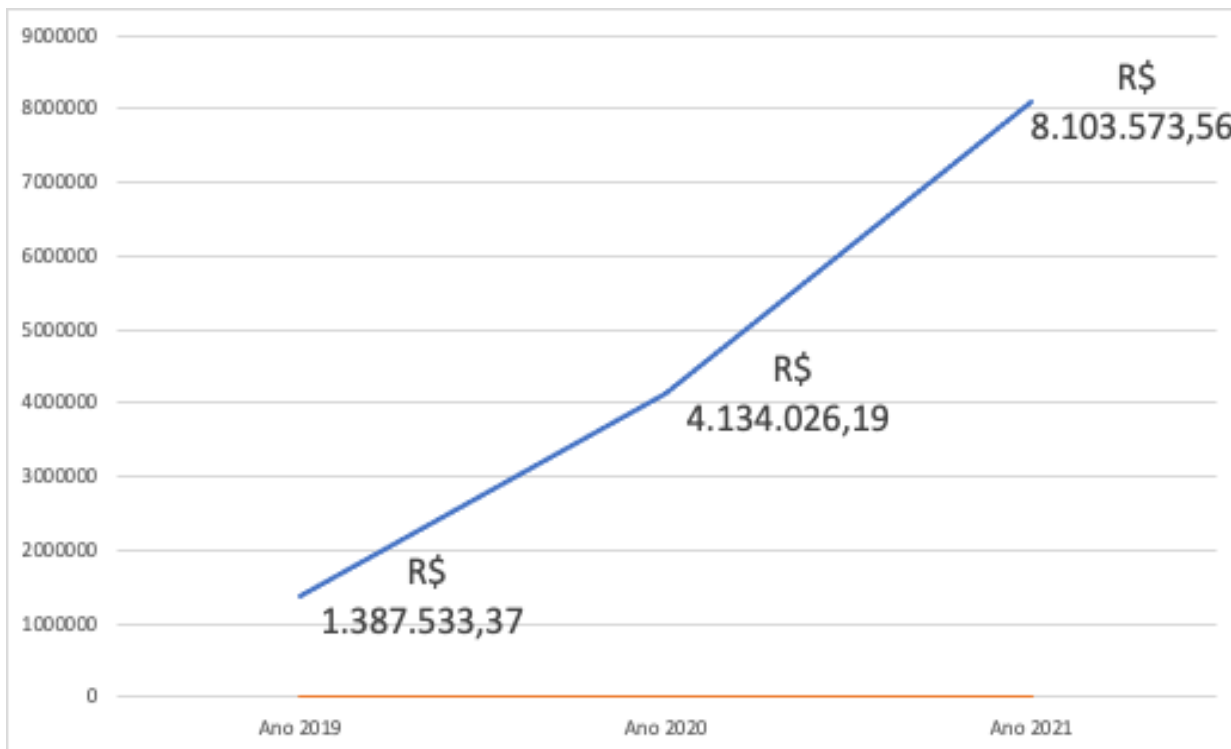


Centro de Serviços Compartilhados

2019 a 2021

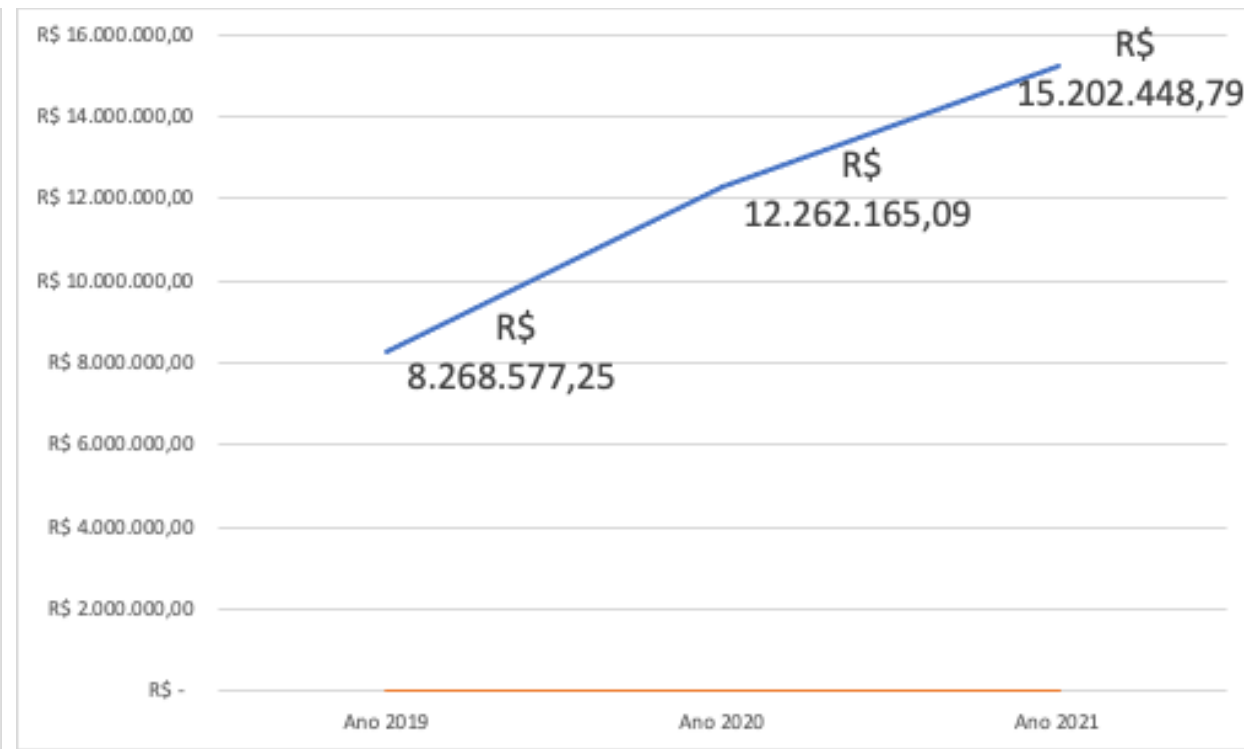
R\$ 8,1 mi

economia gerada 2019-2021*



R\$ 15,2 mi

economia gerada 2019-2021*



* Dados de até 30/11/2021

TáxiGov chega a mais 21 estados

Assinatura de Atas em 21 estados (SC, BA, RN, RS, RO, MS, PE, CE, PA, PR, AL, ES, GO, PB, AM, MA, PI, SE, AP, TO e RR) gerando modernização, controle e transparência na logística de transporte público.

Eles se somam a DF, RJ, SP, MG e MT onde o TáxiGov já havia chegado em anos anteriores

Almoxarifado Virtual Nacional

Fornecimento *just in time* de material de consumo, evitando estoques nos órgãos públicos.

Implementado no DF em 2018 e expandido para todos os órgãos da APF direta no país por meio do Centro de Serviços Compartilhados.

Moderniza a gestão pública e reduz os gastos. A economia estimada em toda a administração pública federal com a implantação do serviço é superior a R\$ 78 milhões anuais em relação aos gastos de aquisição por meios tradicionais.

Centralização das compras de passagens aéreas de todo o Governo Federal

Iniciativa que permite a contratação e o pagamento dos bilhetes diretamente com as companhias aéreas, gerando uma economia de R\$ 77 milhões para a Administração Pública nos dois primeiros anos de implantação.

Aquisição Centralizada de notebooks, desktops e monitores

Maior compra conjunta já feita pelo Ministério da Economia.

R\$ 420 milhões de economia pelo ganho de escala e outros **R\$ 93 milhões** pela redução de processos licitatórios.

Participaram **589 unidades de compras** de todo o país.

Equipamentos **avaliados em R\$ 1,2 bilhão**.

Adquiridos **270 mil itens por R\$ 831 milhões**.

Contratação Centralizada de Computação em Nuvem

Primeira contratação dessa natureza (multinuvem) na América Latina.

Redução de custo com infraestrutura e pessoal.

52 unidades de compras

Economia de R\$ 304 milhões (redução de **82,2%** do valor estimado)

Serviço Centralizado de Limpeza

Modernização do serviço de limpeza para os prédios do Ministério da Economia localizados no DF.

Foco no pagamento por resultado e na satisfação do público usuário.

46% de economia

Redução de custos de transação com a unificação dos contratos para atendimento de 24 prédios

Agregação de tecnologia

Adoção de equipamentos e produtos mais aprimorados do mercado

Doações para a Administração Pública Federal

Regulamenta o recebimento de doações de bens móveis e serviços de pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem encargos

Decretos nº 9.764, de 11/04/2019 e 10.314, de 06/04/2020

Até 2021, R\$ 152 milhões de doações em bens e serviços por empresas e pessoas físicas para o governo federal.

Reuse.Gov

Plataforma que recebe doações de cidadãos e empresas à APF e possibilita transferência entre os órgãos

Decreto nº 9.764, de 11/04/2019

Simplificação dos procedimentos para empresas e cidadãos doarem para o governo

Doações de itens de saúde ligados ao Covid-19

Publicação de dois Chamamentos Públicos, um voltado para a doação de itens de saúde e outro para a doação de computadores e tablets.


25 mil máscaras
10 mil itens voltados para o combate à Covid-19
Mais de 1.000 tablets, notebooks e desktops


Modernização da logística pública


OBJETIVO ESTRAT.


6 - Desenvolver estratégias e aprimorar processos para as contratações mais eficientes e sustentáveis

INDICADORES

 Preço médio de bilhetes de passagens aéreas nacionais

 Preço médio das passagens aéreas internacionais

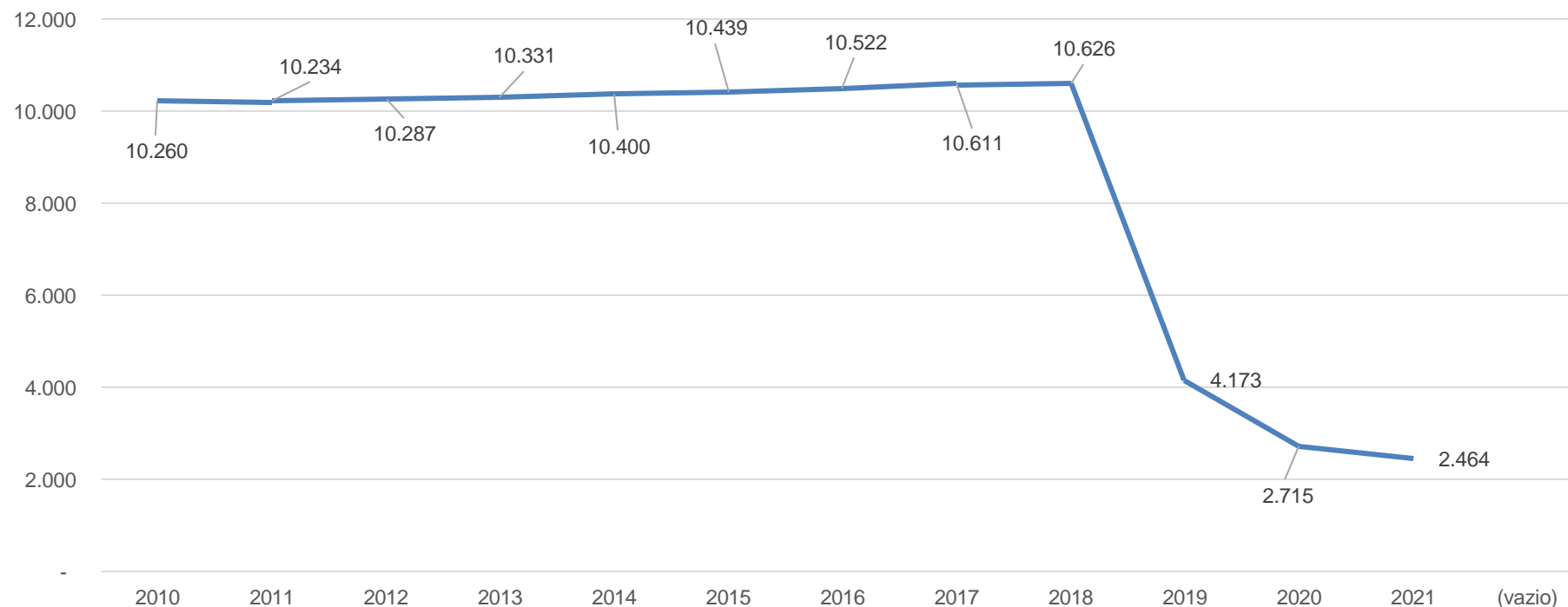
 # abrangência das compras centralizadas

 # economia com as compras centralizadas

ÁREAS

DELOG – CENTRAL

Número de unidades de compras (UASG) ativas no governo federal (SISG)



Redução de 77% em relação a 2018

Compras.Gov.Br

Modernização dos sistemas de compras governamentais do Governo Federal envolvendo:

- Estudos Técnicos Preliminares (ETP) 100% digital (IN 40, de 22/05/20)
- Desenvolvimento de aplicativo móvel
- Módulo de Contratos
- Nova sala de disputa do pregão eletrônico

Ciclo de compras públicas 100% digital

R\$ 11 milhões em tecnologia parceria com Sebrae

Fomento a pequenos negócios

Foco na experiência do usuário

Foco no controle social (transparência)

Novo Pregão Eletrônico

27 inovações no Decreto nº 10.024 de 2019

Obrigatoriedade da utilização dessa modalidade de licitação no uso de recursos decorrentes de transferências voluntárias da União

Maior facilidade e competitividade nas licitações

Quase 10 mil unidades realizando pregão eletrônico digital (3 mil integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG e 7 mil não integrantes do SISG) .

Estimativa de economia de até 7,1% no valor das compras por pregão eletrônico – R\$ 3,4 Bi/ano na APF.

Ampliação do uso do Comprasnet gerou a adesão de 1.874 municípios ao Compras.GOV.BR. Sistema ME já é utilizado por mais de três mil municípios, 80% da população.

Compras governamentais homologadas movimentaram cerca de R\$ 108,6 bilhões –1,47% do PIB brasileiro.

Compras.Gov.Br

Novos módulos



Área de trabalho do Compras.Gov.Br

Nova área de trabalho do Compras.gov.br com acesso direto às informações dos processos de compras que estão sob sua gestão. Acesso de forma direta e ampliada a todo o processo de compras públicas, sem a necessidade de acessar várias telas de sistemas para encontrar informações.



Sala de Disputa no Compras.Gov.Br

Nova ferramenta digital otimiza as funções já existentes, é moderna e intuitiva e traz como inovação a automação de abertura da sessão pública e das outras fases da disputa nos pregões eletrônicos.



Compras.Gov.Br Contratos

Solução de governo que integra os diversos atores da gestão contratual aumentando a transparência.



Nova Lei de Licitações

Publicação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133) no dia 1º de abril de 2021.

Fruto de um debate que transcorreu ao longo de oito anos no Congresso Nacional.

Milhares de pessoas participaram e contribuíram para que a norma alcançasse o seu formato final.

Mais avançada e moderna, norteadas pela transparência e eficiência na contratação pública.

Cria regras para União, estados, Distrito Federal e municípios e prevê cinco modalidades de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.

Portal Nacional de Contratações Públicas

Plataforma eletrônica oficial para a divulgação centralizada e obrigatória de processos licitatórios, conforme o exigido pela nova lei de licitações.

Até o momento, a solução já conta com 7.236 avisos de contratação e mais de 5.320 contratos divulgados.

Além disso, 87 sistemas de compras públicas já estão cadastradas e, portanto, aptas a inserir dados para divulgação

Regulamentação da Nova Lei de Licitações

No total, foram identificados mais de 60 pontos da nova lei que precisam ser regulamentados ou atualizados. Até o momento, foram realizadas 14 consultas públicas para que agentes públicos, fornecedores, academia e a sociedade participem do processo com cerca de 1500 contribuições. Dos 14 normativos que já foram debatidos com a sociedade, nove já foram publicados, entre eles a Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica ([IN nº 67](#), de julho de 2021).

Compras.Gov.Br em números

Compras homologadas Poder Executivo Federal (SISG)

	Quantidade	Valor em bilhões (R\$)
2019	85.431	40,9
2020	67.877	50,4
2021*	39.482	56,1

*Dados atualizados até outubro/2021

Compras homologadas outros entes e poderes (Não SISG)

	Quantidade	Valor em bilhões (R\$)
2019	92.901	46,4
2020	103.345	58,2
2021*	81.732	59,4

*Dados atualizados até outubro/2021

Municípios utilizando o Compras.gov.br

3.113

*Fonte: Painel de municípios

Empresas estrangeiras credenciadas

243 cadastros, onde **54** participaram de **40** licitações e **20** venceram

*Fonte: Painel de empresas estrangeiras

Painel de Compras Covid-19

Mais de 7 mil processos de compras realizados no enfrentamento à pandemia num total de R\$ 3,0 bilhões

Melhora no atendimento à população infectada pelo Novo Coronavírus

Medidas de contratação mais rápida e facilitada para enfrentamento à Covid-19

Ampliação do uso e dos limites de dispensa de licitação, possibilitando a compra conjunta e registro de preços.

Inclusão de produtos de saúde no Almojarifado Virtual no DF.

Criação de [Portal on-line](#) com orientações e modelos em logística pública no combate ao Covid-19.

Ampliação do uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Medidas Provisórias nº 926, nº 951 e nº 961 de 2020.

R\$ 3,4 bilhões investidos no combate à Covid-19.

Mais de 7 mil processos de compras realizados.

Quase 5 mil fornecedores participantes dos processos de contratação.

Processo eletrônico nacional

Protocolo Digital

Requerimentos e solicitações realizados pelo portal GOV.BR, a partir do sistema Protocolo Digital

- 28 órgãos implantados
- 9 em implantação
- Média de 1,2 mil protocolizações por dia

Agilidade no atendimento

Controle digital do processo

3º serviço mais acessado no GOV.BR

Barramento

- **119 órgãos implantados**
- 67 órgãos em implantação
- 14 sistemas integrados
- + 340 mil trâmites

R\$ 12,1 mi de economia até o momento

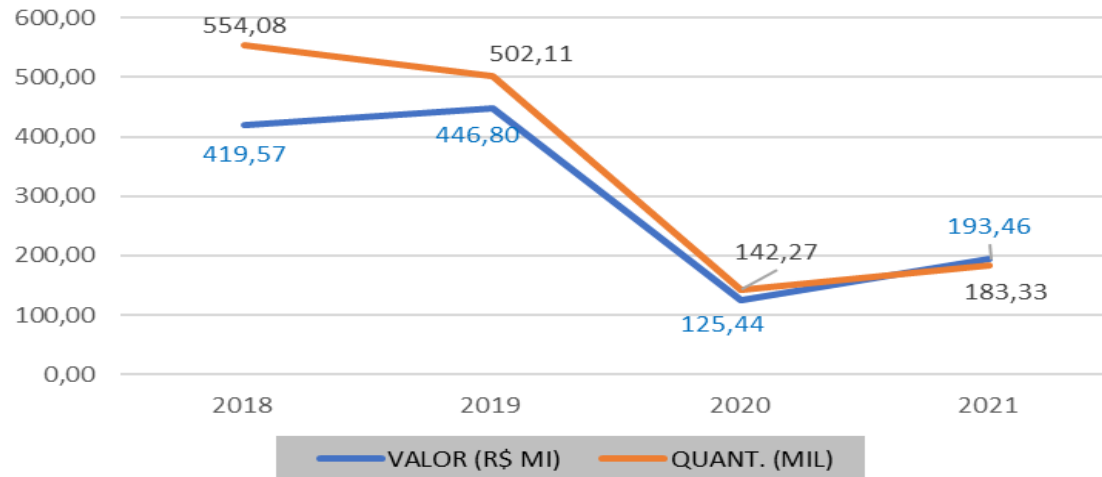
R\$ 1,06 mil

Média por bilhete nacional - 2021

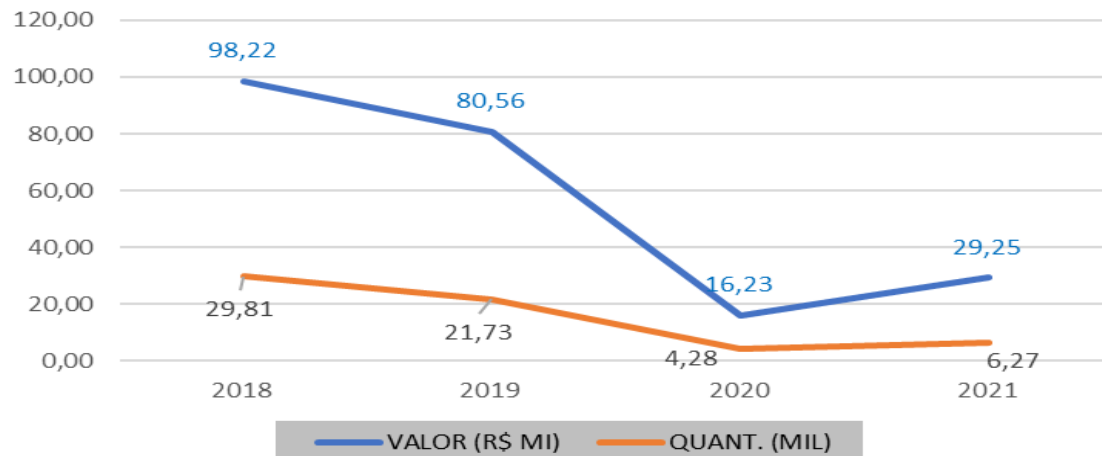
R\$ 4,67 mil

Média por bilhete internacional - 2021

EMISSÕES DE PASSAGENS NACIONAIS



EMISSÕES DE PASSAGENS INTERNACIONAIS



Economia nas despesas com passagens

Buscar

Valor | Brasil

Governo espera economizar R\$ 77,5 milhões com compra direta de passagens aéreas

Aquisição feita sem o intermédio de agências de turismo simplifica o processo e facilita a fiscalização

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

16/09/2020 11h30 · Atualizado há um ano





Modernização da Logística Pública

OBJETIVO ESTRAT.

9 - Promover ações de fomento econômico mediante contratações públicas

INDICADORES

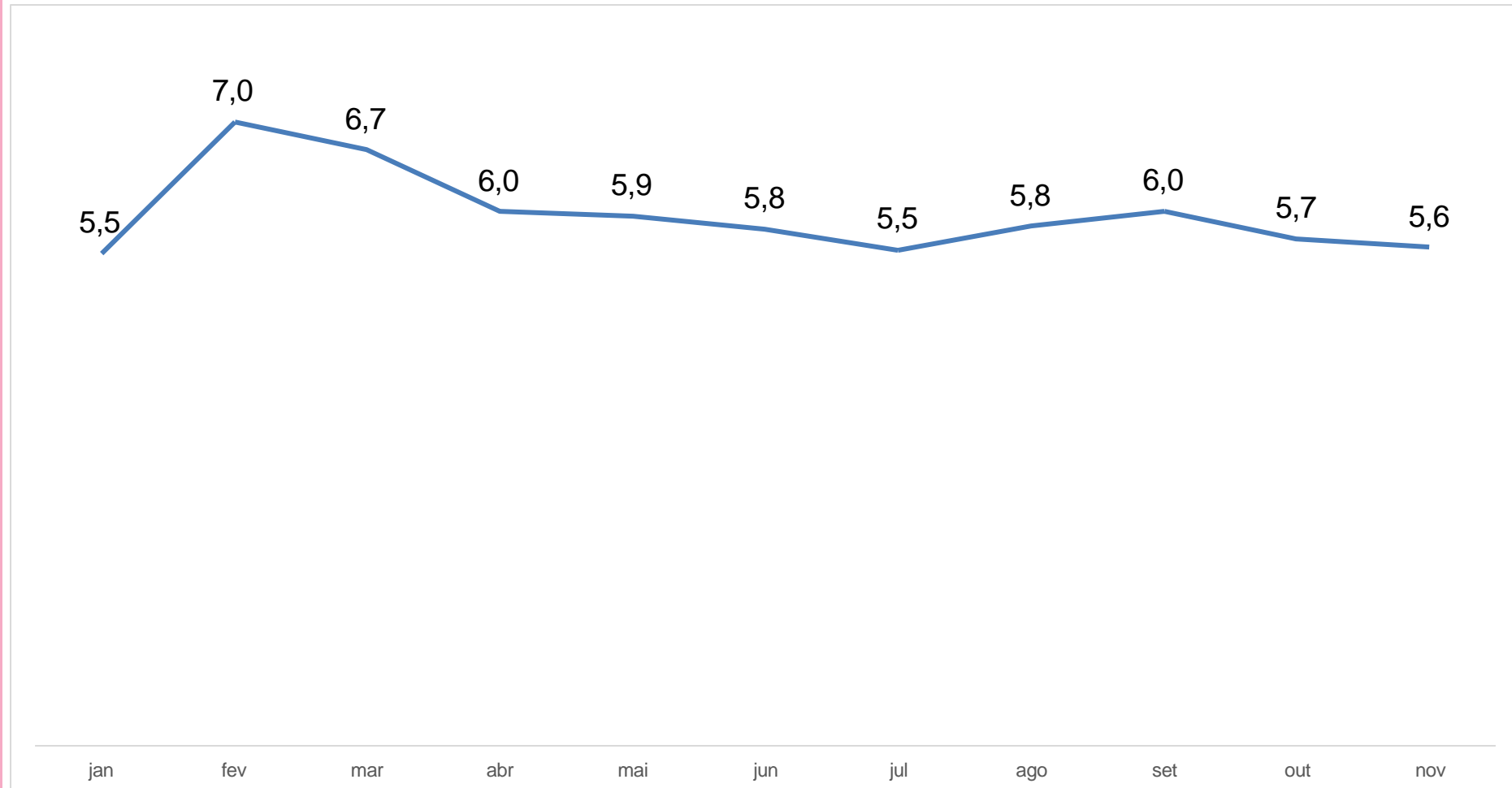
 Média de fornecedores por contratação pública na modalidade dispensa eletrônica

 Média de fornecedores por contratação pública na modalidade cotação eletrônica

ÁREAS

DELOG

Média de fornecedores por contratação pública na modalidade pregão eletrônico



Participação de empresas estrangeiras em licitações

Permite participação de empresas estrangeiras em licitações no Brasil de forma direta, ou seja, sem um representante brasileiro.
IN nº 10, de 11/05/2020

Simplificação dos procedimentos para participação.

Ampliação da concorrência nas licitações públicas.

Redução de gastos.

Incentivo a cooperativas nas contratações públicas

Cooperativas passam a ter preferência nas licitações juntamente com micro e pequenas empresas.

Decreto nº 10.273, de 13/03/2020

Beneficiados: cerca de 7,5 mil cooperativas, com 450 mil empregados e 15 milhões de cooperados

Pagamento antecipado em contratações públicas

Autorização de pagamentos antecipados nas contratações realizadas pela Administração Pública, desde que exigido pelo mercado ou apresente condições vantajosas à Administração.

Medida Provisória nº 961, de 06/05/2020
IN nº 53, de 8/07/2020

Mais agilidade na contratação de bens e serviços durante o período de calamidade pública



Ferramenta que facilita acesso ao crédito aos fornecedores da Administração Pública federal

Fornecedores podem utilizar contratos ou notas de empenho para antecipar o fluxo de recebíveis junto a instituições financeiras

Estabelecido pela Instrução Normativa nº 62/2021.

Beneficia fornecedores com antecipação de créditos de contratos com o governo federal. Desde o início de sua implementação, em janeiro de 2021, a ferramenta registra pedidos para antecipação de créditos que totalizam mais de **R\$ 600 milhões**

Parcelamento de débitos com a APF

Permite parcelamento, dispensa, suspensão e compensação da cobrança de multas aplicadas em contratos administrativos

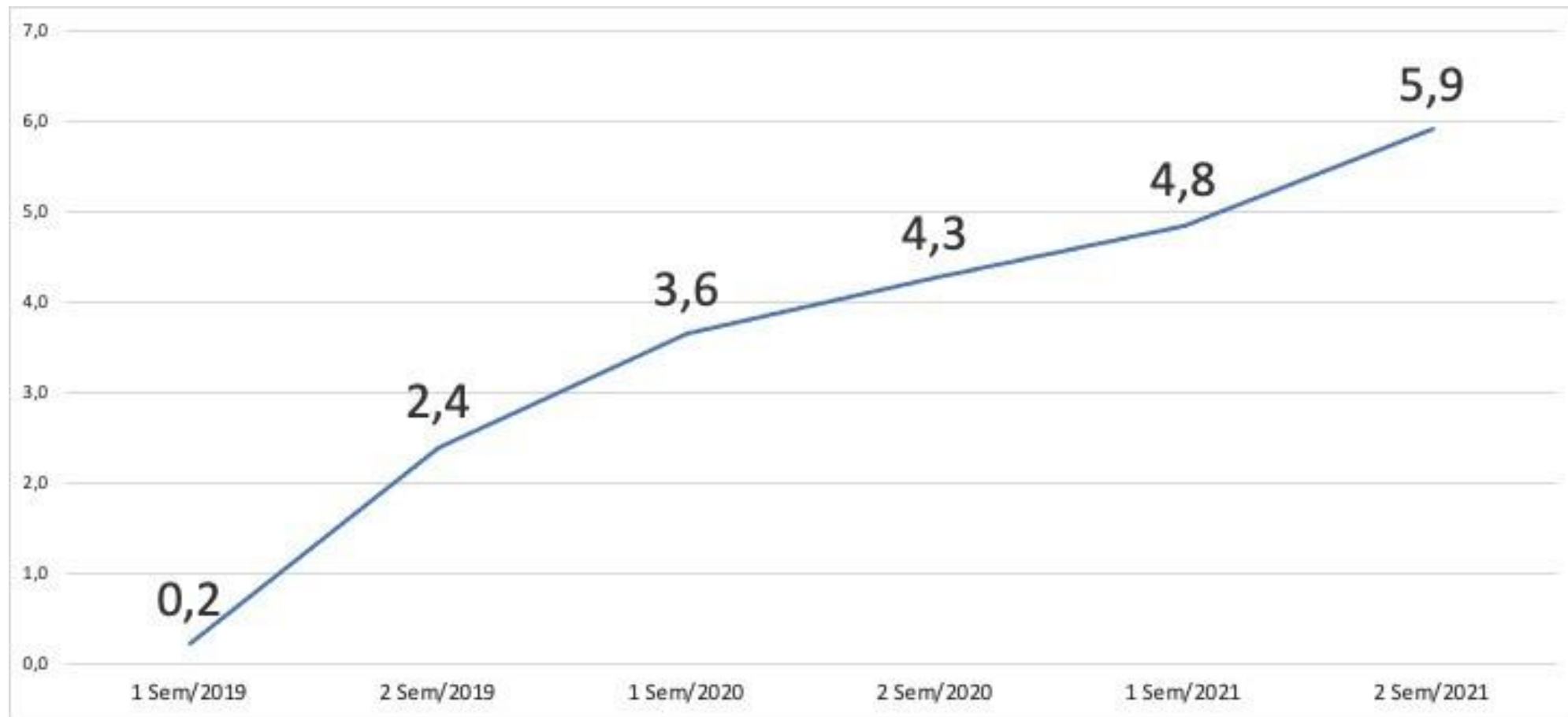
IN nº 43, de 08/06/2020

Medida tomada no contexto do enfrentamento aos efeitos econômicos da Covid-19

Em 2019, foram mais de 10 mil multas aplicadas, totalizando cerca de R\$ 700 milhões
Opções para fornecedores quitarem multas
Favorece o adimplemento das obrigações.

Economia gerada com as entregas da Seges

Economia total de R\$ 5,9 bilhões de 2019 a 2021



MINISTRO DE ESTADO

Paulo Guedes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcelo Pacheco dos Guarany

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL – SEDGG

Caio Mario Paes de Andrada (Secretário Especial)

Gleisson Cardoso Rubim (Secretário Especial Adjunto)

SECRETÁRIO DE GESTÃO

Cristiano Rocha Heckert

SECRETÁRIA ADJUNTA

Elise Sueli Pereira Gonçalves

SECRETÁRIO ADJUNTO

Renato Ribeiro Fenili

CHEFE DE GABINETE

Marta Maria Marques Magalhães

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS AOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

Edécio Marques Bento

COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - CGINF

Hugo César de Paula Rezende

COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DAS CARREIRAS TRANSVERSAIS - CGCAT

Soraya Monteiro Brandão

COORDENADOR-GERAL DE SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - CGSIM

Gustavo Nery e Silva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS - DEMOR

Marcos Santos Kroll

DIRETORA DA CENTRAL DE COMPRAS - CENTRAL

Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE NORMAS E SISTEMAS DE LOGÍSTICA – DELOG

Everton Batista dos Santos

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - DETRU

Regina Lemos de Andrade

**Elaborado pela Assessoria de Gestão
Estratégica do Gabinete da Seges**

Leandro Bahia

Rodrigo Morais Lima Delgado

Weskley Rodrigues dos Santos